



NOÇÕES DE DOCUMENTOSCOPIA

SUMÁRIO

Introdução	3
1- Conceito de documentoscopia	4
2- Evolução dos sistemas gráficos	6
3- Tipos de exames	16
4- Grafotécnico da escrita	18
5- Grafotécnica e grafologia	23
6- Leis do grafismo	30
7- A análise para o laudo pericial	34
8- Importância dos padrões	38
9- Colheita dos padrões	42
10- Técnicas de colheita	44
Conclusão	50
Referências bibliográficas	51

INTRODUÇÃO

Documentoscopia é a subárea da Criminalística que se dedica à elucidação da verdade e desvendamento de fraudes praticadas em documentos da mais diversa natureza. Ainda que sejam incorporados elementos de segurança a alguns documentos, com o propósito de impedir, ou ao menos dificultar em muito, sua reprodução pelos falsários, tal recurso não esgota todas as espécies de fraude. Nessa ótica, figuram entre as demandas que desafiam o perito documentoscópico os exames de cruzamento de traços, datação de tintas e lavagem química.

1- CONCEITO DE DOCUMENTOSCOPIA

Documentoscopia é a parte da criminalística que estuda os documentos para verificar se são autênticos e, em caso contrário, determinar a sua autoria. A documentoscopia se distingue de outras disciplinas, que também se preocupam com os documentos, porque ela tem um cunho nitidamente policial: não se satisfaz com a prova da ilegitimidade do documento, mas procura determinar quem foi o seu autor, os meios empregados, o que não ocorre com outras. Se dividem em:

- 
- Grafotécnica;
 - Mecanografia;
 - As alterações de documentos;
 - Exame de moedas metálicas;
 - Exames de selos;
 - Exames de papel moeda;
 - Exame de papéis;
 - Exame de tintas;
 - Exame de instrumentos escreventes;
 - Outros exames relacionados.

A Grafotécnica é a parte da documentoscopia que estuda as escritas com a finalidade de verificar se são autênticas e, em caso contrário, determinar a sua autoria.

A grafotécnica tem recebido diferentes denominações, como grafística, grafocinética e perícia gráfica. Dado o espírito policial de que se reveste a documentoscopia, ela não se satisfaz com a prova de inautenticidade de uma escrita, mas busca também identificar o seu autor. Este aspecto a distingue de muitas outras disciplinas

relacionadas com a escrita, como a grafologia – estudo da personalidade do homem através do gesto gráfico e a paleografia – estudo das escritas antigas.

Grafólogos, psicólogos, pedagogos e outros especialistas definiram, cada um sob certo ponto de vista, o fenômeno da escrita. Todavia, como se mostrará, nenhum desses conceitos, pelo menos de forma cabal, à luz da grafotécnica, são satisfatórios.

- Anguita (1943): a escrita existe para perpetuar o pensamento (este talvez seja o conceito mais vulgar da escrita).
- Streletski (1943): é a arte de traduzir palavras ou ideias por sinais convencionais (conceito muito vago).
- Crepieux-Jamin (1885): é uma harmonia da qual grafólogo decompõe os acordes para reconstituí-los sob outra forma (conceito muito literário e nada explícito).
- Ras (1957): a escrita é a representação dos sons, nas palavras, com absoluta exatidão, da palavra material, a parte do significado que contém (o conceito é apenas limitado à escrita fonética).

A grafóloga espanhola, entretanto, se esqueceu de um fato muito importante: a escrita não é apenas mera reprodução da fala. É uma atividade simbólica que é transmitida por sinais gráficos. Esta atividade exige uma grande elaboração de processos mentais superiores. A atividade motora cria uma forma permanente do que é abstrato, ou seja, o pensamento.

- Jeannez (1911): é o mais flexível e mais fino dos gestos, que se realiza através de complicada aparelhagem psicossomática (o conceito é muito amplo, pois existem outros gestos psicossomáticos que não constituem escrita, como a pintura).
- Rougemont (1913): não é um gesto espontâneo, mas aprendido. É um gesto social (este conceito também peca pela sua amplitude, pois há muitos outros gestos sociais aprendidos que não constituem escrita).
- Sivieri (1960): é uma exteriorização espontânea, pessoal e imediata de um impulso interior.

2- A EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS GRÁFICOS

O registro do pensamento através de sinais gráficos deu outra dimensão ao homem. O gesto gráfico é tão importante que, se não existisse, o mundo jamais teria se desenvolvido como tal. Não seria possível a troca de conhecimentos. Não existiria a própria história. Bibliotecas não seriam montadas e jornais e revistas não seriam editados. Difícil seria o relacionamento entre as várias nações. Tal é a importância da escrita que levou o tratadista alemão Ludwig Klages, autor de primorosas obras sobre o estudo das escritas, a definir o homem como animal que escreve. Realmente, desde priscas eras, ainda na caverna, o troglodita se valia de desenhos, que são registros gráficos para identificar os seus pertences. Assim, foi o desenho a primeira manifestação gráfica do homem. Desenhos estes que, passados milênios, foram sistematizados e, com isso, surgiu o primeiro sistema gráfico, a escrita pictórica. A primeira manifestação gráfica do homem foi à escrita pictórica. Todos os seres eram representados por desenhos bem simples. Nessas condições, as emoções, por exemplo, não podiam ser registradas graficamente.

- **Hieróglifos**

No Egito, cinco mil anos antes de Cristo, surgiu o primeiro sistema gráfico – os hieróglifos, que significam escrita sagrada, pois só eram dominados pelos sacerdotes. Todas as coisas eram representadas por um conjunto de símbolos, na base dos quais foi possível ser organizado o alfabeto hieroglífico.

Com o passar do tempo, o hieróglifo saiu dos templos e chegou às classes mais cultas da sociedade, sobretudo aos negociantes. Os hieróglifos sofreram então uma simplificação que resultou numa nova escrita, a hierática.

Mais tarde, o sistema hierático sofreu nova simplificação, dando surgimento ao sistema demótico. A escrita demótica teve grande duração, chegou até o ano 473 da nossa era, hoje enquadrada no sistema fonético. Numa pequena cidade egípcia, chamada Rosetta, em 1799, um oficial das tropas de Napoleão encontrou um bloco de basalto, contendo inscrições em grego, em demótico e em hieróglifos. Em 1801, a Pedra de Rosetta, assim denominada, foi enviada ao Museu Britânico, onde o médico e egiptólogo inglês Thomas Young tentou, durante treze anos, decifrá-la.

Conseguiu apenas um parcial sucesso com relação ao texto demótico, e publicou mais tarde, em 1829, um dicionário egípcio.

Infelizmente, o texto hieroglífico estava muito mutilado. Porém, vários exemplares de decretos semelhantes ao de Ptolomeu V foram descobertos em Philae, Damanhur, Tell-Ramsis e outras cidades do Antigo Egito. Graças a isto, o arqueólogo e orientalista francês Jean François Champollion, após muito empenho, pôde reconstituir o decreto da Pedra de Rosetta, conseguindo sua decifração em 1821. Champollion partiu do nome de Ptolomeu, pois acreditava que as inscrições eram decretos daquele faraó. Distribuiu as letras do alfabeto latino sobre os hieróglifos que, conforme supunha, representavam o nome do faraó. Após diversas tentativas, chegou à solução que procurava. Depois, usando do mesmo critério, decifrou o nome Cleópatra. E, daí para frente, tudo se tornou um tanto mais fácil.

- **Escrita ideográfica**

Verificou-se, entretanto, que o sistema gráfico dos hieróglifos não satisfazia: baseando-se em imagens, ele só poderia registrar coisas materiais. Os sentimentos, como a dor, a vida, e a fome não poderiam ser representados.

Foi, então, criado um novo sistema gráfico: a escrita ideográfica, na qual os ideogramas não mais representavam letras para compor palavras, ou seres e objetos, mas idéias. Esse sistema logo teve expansão na China, onde sofreu grandes modificações. A primeira escrita chinesa de que se tem conhecimento era denominada ku-wen. Era do tipo pictórico.

No século VIII a.C., esse sistema foi substituído pelo ideograma por chi-tchem. Com esse tipo de escrita Confúcio escreveu a sua obra. Mais tarde ocorreu nova modificação, era a escrita li, que podia ser registrada na seda ou em madeira, com caracteres laqueados. Foi esse sistema que se aperfeiçoou ainda mais com o surgimento do papel. A escrita chinesa ainda hoje é ideográfica.

Numa conferência nacional realizada em Nanquim, em 1932, discutiu-se a modificação do sistema gráfico, para que se tornasse mais fácil. Um chinês letrado

tinha a necessidade de conhecer de 8 a 9 mil caracteres, dos 50.000 existentes, o que constituía tarefa árdua. A comissão nomeada para esses estudos teve o prazo de vinte anos para apresentar a sua proposta, o que não ocorreu até o presente. A escrita japonesa também é do tipo ideográfico. Ela surgiu inspirada no ideografismo chinês, mas sofreu várias modificações locais. As escritas nipônicas mais antigas datam do século XV antes da nossa era e se desconhece a data em que essa grafia foi adotada.

No Japão não existia linguagem escrita. Esta só foi adotada no século V. Eram os caracteres kanji e, posteriormente, partindo destes, surgiram as escritas hiragana e katakana. A escrita kanji nem sempre tem uma só leitura. Tendo sido uma adaptação dos ideogramas chineses, introduzidos em épocas diferentes, resultou numa diversidade de leituras. A expressão kanji significa lua, em leitura de tsuki. Ao mesmo tempo, pode ser lido gatsu, dentro de uma palavra que indique um mês do ano, ou ainda, getsu, como getsuyobi (segunda-feira), mas sempre expressa a ideia de lua. Essa pluralidade na leitura do kanji é classificada em: • kun-yomi, em leitura japonesa; • on-yomi, que é a transcrição para a língua chinesa. O kanji é o símbolo que exprime a ideia. O hiragana e o katakana são os fonogramas criados no Japão a partir do século IX. Servem para expressar as sílabas e são destituídos de significado. Além desses três sistemas de escrita, existe ainda outro – romaji, que é a transliteração dos sons da língua nipônica no alfabeto latino. Na língua japonesa, existe um grande número de palavras estrangeiras, como inglesas, francesas e portuguesas, sobretudo substantivos próprios que são transcritos em japonês. Utiliza-se o katakana. São denominados gairai-go, ou seja, palavras de origem estrangeira, das quais as chinesas são exceção.

- **Escrita cuneiforme**

Na época em que o Egito usava a escrita hieroglífica, na Babilônia e na Assíria se usava a escrita cuneiforme. A escrita era gravada em blocos de argila por meio de uma haste de madeira, que tinha, numa das extremidades, em relevo, um símbolo. Havia hastes com o mesmo desenho de tamanhos e posições diferentes. Essas hastes eram chamadas de cuneu, daí a expressão cuneiforme.

O documento babilônico gravado em cuneiforme mais importante, datado de cerca de 2.600 anos antes de Cristo, é o Código de Hamurabi. Hamurabi foi um guerreiro que, em razão da sua audácia e sabedoria, criou a dinastia que levou o seu nome. O Código de Hamurabi, que foi uma das fontes de inspiração do Direito moderno, tinha, ao lado de ideias avançadas, preceitos ainda bárbaros. O Código foi encontrado em 1901, nos arredores da antiga cidade Susa, pelo arqueólogo francês Jacques de Morgan. Era constituído por um cilindro de pedra negra (diorito) de 2,25 m de altura e 1,90 de circunferência na base. São 46 colunas, 3.600 linhas de gravações cuneiformes, tendo 282 artigos, cujo conteúdo visava a implantar justiça na terra, destruir os maus e o mal, prevenir a opressão do fraco pelo forte, iluminar o mundo e propiciar o bem-estar do povo.

Entre as idéias avançadas, no Código, encontra-se o salário mínimo, a defesa da mulher e a adoção de crianças. Com relação à difamação da mulher, o artigo 127 estatuiu que, se alguém difamasse uma mulher e não pudesse provar, deveria ser arrastado perante um juiz, para ter sua face marcada com ferro em brasa. A lei do ventre livre já tinha sido prevista no famoso código. A adoção de uma criança era irreversível. Todavia, se à criança adotada não fosse ensinado um ofício, esta teria o direito de retornar à casa paterna. Mas, se o pai não quisesse receber o filho, este não deveria ir embora sem receber do genitor um terço do seu patrimônio e, mais ainda, outro do pai adotivo. Com relação ao filho, se este espancasse o pai, a penalidade prevista era severa: a amputação das duas mãos. Tal era a significação que Hamurabi (1982) deu ao seu código, que assim se manifestou no seu final:

Que cada oprimido apareça diante de mim como rei que sou da Justiça. Possa ele folgar o coração, exclamando: Hamurabi é um pai para seu povo, estabelecendo a prosperidade para sempre e dando um governo justo a seu povo. Por todo o tempo futuro, o rei que estiver no trono observará as palavras que eu tracei neste monumento.

Mas assim não ocorreu. Hamurabi foi sucedido pelo seu filho Sam-Suilana, que não tinha os mesmos ideais, coragem e sabedoria. O império se enfraqueceu. E, em

1746 a.C., os Cassitas conquistaram Babilônia. Jogaram o monumento código no deserto, onde só foi encontrado 3.600 anos depois.

- **A escrita fonética**

O sistema ideográfico, com ressalva da China e do Japão, estava fadado a desaparecer. As idéias tendem ao infinito e, assim, necessariamente, ocorre com os ideogramas. Seria muito difícil alguém dominar todos os ideogramas, por isso um novo sistema gráfico deveria ser descoberto. Os sumerianos resolveram a questão: atribuíram aos símbolos o som da fala, criando a escrita fonética, que perdurou até o nosso tempo. Em outras palavras, os sumerianos paralelaram a linguagem escrita com a falada. Eles não criaram um novo sistema gráfico, mas deram ao existente uma nova concepção. Todavia criaram, isso sim, sinais que ora eram empregados ideograficamente para representar um ou mais objetos, ora foneticamente para uma ou várias sílabas. Constituíram classes de objetos e, cada registro, por um ideograma, indicava a classe a que pertencia. O princípio do alfabeto fonético foi logo adotado e usado para os vários sistemas. Os egípcios também passaram a usar o método fonético para o seu sistema hieroglífico. Assim, por exemplo, crocodilo era meseh e o som da fala era representado pelos seguintes símbolos:

Os semitas e os assírios também adotaram a escrita fonética dos sumerianos. Os sinais ideográficos conservaram os seus valores, mas a leitura passou a ser em semítico. Os valores silábicos foram mantidos. Novos sinais foram criados, outros abandonados. Isso gerou uma grande confusão e a escrita ficou demais complicada. Por essa razão, vocabulários foram organizados, com listas de sinais e de palavras. A escrita fonética teria sido usada pela primeira vez na Coreia, por imposição legal, cerca de 2.500 anos depois de ter sido inventada. Era o alfabeto Hanguel. Surge então o alfabeto Fenício, do qual se originaram os alfabetos modernos. Os gregos criaram seu alfabeto próprio. Este, através da Sicília, invadiu a península itálica e lá, fundido com o fenício, resultou no alfabeto latino. Entre os gregos, o alfabeto teve várias modificações locais. Somente se unificou em Atenas, no ano 430 a.C., por imposição de Euclides, para que fossem feitos os registros públicos. Para isso, foi escolhido o alfabeto Jônico. Ésquilo, o famoso dramaturgo heleno, a respeito da escrita, assim se manifestou:

Ó atenienses, quão útil é e quanto é bom possuir arquivos. Esses escritos nos conservam intactos, e não variamos segundo o capricho da opinião.

A pontuação, para a separação e a ordenação dos períodos da oração, foi inventada por Aristófanes, de Bizâncio, para facilitar a leitura da obra de Homero. O alfabeto Eslavo foi criado por dois monges irmãos, atendendo ao pedido dos russos. Cirilo – por isso o alfabeto também se chama cirílico – e Metódio, inspirados no alfabeto latino, introduziram algumas modificações.

- **A ESCRITA EM ROMA**

Roma teve papel de destaque na evolução dos sistemas gráficos. O alfabeto latino foi fonte de inspiração para muitos outros, e a maioria chegou até o nosso tempo.

Roma foi o fulcro de toda a civilização e dominou grande parte da Europa do seu tempo, impondo não só a sua língua como o seu alfabeto. Paulier (1913) compulsando documentos antigos, fez um estudo da influência da escrita romana em terras alienígenas por Roma dominadas. Ele se deu ao trabalho de desenhar o contorno dos vários tipos de escritas italianas e as que dela se derivaram. A escrita primitiva dos romanos era a Epigráfica, com a qual faziam as inscrições nos monumentos. Era uma escrita que possuía letras maiúsculas, toscas e mal traçadas. A evolução da escrita epigráfica, com o seu aperfeiçoamento, resultou na scriptura monumental. A necessidade do registro dos textos legislativos gerou novos moldes caligráficos, como a scriptura actuaria. No século V, a escrita uncial se instalou. Avançando no tempo, chegando no século VI, surgiu um novo tipo de escrita, mais fluente, a scriptura libraria, que perdurou até o século VIII. O aprimoramento desse novo sistema de escrita originou a scriptura epistolaris, usada para feitura das crônicas, dos contratos e das cartas. Finalmente, o sistema gráfico romano se fixou com a adoção da escrita uncial. Foi esse tipo de escrita que os Romanos levaram para as áreas por eles conquistadas, criando em cada região, com modificações locais, outros tipos de escritas. Assim surgiram a escrita carolina, a irlandesa, a gótica. Esta, por volta do século XV, com alterações, foi largamente usada em toda a Europa. No século IX, apareceu a escrita merovíngia, a lombárdica e a anglo-saxônica. Na Itália, durante a renascença, foi adotada uma escrita chamada humanística. Finalmente, no século XVII, por fim, a escrita uncial cursiva se fixou

definitivamente. Muitos alfabetos, com o passar do tempo, nos primórdios da evolução da escrita, desapareceram, como o alfabeto moabita, o aramaico e o mongol, todos eles derivados do alfabeto fenício. Hoje, basicamente, podemos distinguir cinco tipos de alfabetos:

- Latino: em uso nas três Américas e grande parte da Europa;
- Gótico: em uso na Alemanha, Áustria e Suíça;
- Grego: privativo da Grécia;
- Eslavo: usado na União Soviética e pelos povos ao oeste dos Urais;
- Hebraico: no Oriente Médio e pelos povos da nação árabe. Somente o Japão usa o alfabeto katakana. A China ainda usa a escrita ideográfica.

- **Os sistemas gráficos do novo mundo**

Falou-se, até aqui, nos sistemas gráficos da Mesopotâmia, da Ásia, do Oriente e da Europa. Seria interessante fazer algumas referências às escritas das Américas. Três grandes nações devem ser focalizadas: os astecas, os maias e os incas.

- Os Astecas

Ao norte, na atual fronteira do México; ao sul, no antigo istmo do Panamá, indo na direção leste-oeste de oceano a oceano, ou seja, do Atlântico ao Pacífico, se situava o planalto chamado Anaval, que significava rodeado de água, floresceram vários clãs e, entre eles, o dos Astecas. Os Astecas, entre os seus deuses, tinham um mito poderoso, o Quetzalcôatl, a serpente de plumas verdes que, segundo o folclore local, foi o inventor da escrita.

A escrita asteca era do ramo pictórico e simbólico. Os acontecimentos eram registrados por meio de gravuras que lembravam o fato. Não usavam, pois, sinais arbitrários ou elementos de cunho fonético. Os documentos que chegaram até nossos dias foram transformados pelos escribas em textos de caráter fonético. Bernal Diaz Del Castillo conta que, quando os emissários de Montezuma II se avistaram com Cortês, para saber de suas intenções, estavam acompanhados de pintores. Estes pintavam, com cores variadas, os fatos que estavam acontecendo,

numa folha que se assemelhava ao papel. Pintavam os aspectos do campo da batalha, a figura dos chefes e outros dados mais que julgavam interessantes. Bernal acreditava que os pintores estavam redigindo um relatório para levá-lo ao imperador. Esse fato dá a entender que a escrita asteca era uma mistura do hieróglifo com representações ideográficas.

Os manuscritos astecas que existem, já seriamente afetados pelo tempo, são conhecidos por codex, ou códices, e, na sua maioria, surgiram após a conquista espanhola. Existem poucos documentos da era pré-colombiana e não são igualmente entendidos pelos estudiosos.

- Os Incas

O império dos incas ocupava a região onde hoje se encontra o Peru, que era o centro da civilização, o norte do Chile e da Argentina, o Equador e parte da Bolívia. A língua falada era runa simi, que significava língua de gente. Eles foram dominados por Francisco Pizarro, em 1534. Os incas trabalhavam admiravelmente a pedra, como o Templo do Sol, a cerâmica e a tecelagem. Quanto ao sistema gráfico dos incas, nada se sabe. Inscrições que foram encontradas, em vasos e em esculturas, levaram a acreditar que se tratava de símbolos hieroglíficos. A 290 quilômetros de Cuzco, ainda são encontradas, nas pedras de Sauaiaco, várias inscrições, até hoje não identificadas. Foi encontrado um sistema de fibras, de cores e tamanhos diferentes, com nós em posições diversas, presas a um pedaço de madeira, chamado quipu (ilustração a seguir). Ainda não se sabe o significado dos quipus, mas alguns estudiosos aventaram a hipótese de terem sido uma manifestação gráfica dos incas.

4.9. A escrita dos Maias

A história dos maias se distribui por quatro fases distintas:

- o antigo império maia teria tido início no ano 317 antes de Cristo e chegou até 987 da nossa era. Foi nessa época que Palenque, Copal e Tikal eram os centros da civilização maia. Muitas ruínas dessas cidades foram encontradas;

- os maias foram dominados pelo clã dos Toltecas, que ocupava o planalto de Anahuac (nome pelo qual era conhecido o México antes da conquista espanhola). O império foi praticamente destruído;

- o império maia ressurgiu e chegou até o século X da nossa era, pouco antes da chegada dos espanhóis. As principais cidades foram Maipan, Uxmal, Chichen e Itza, que era grande centro religioso;
- finalmente, o império entrou em decadência, desmembrando-se em várias tribos que se digladiavam entre si. Mesmo divididos, os maias opuseram forte resistência aos europeus. Embora não seja possível se determinar com precisão como se formou, e quais os elementos que contribuíram para a formação do império maia, acredita-se que ele resultou da fusão de várias tribos, quichés, mames e maias, que tinham uma língua comum, o maia-quichés. A civilização maia floresceu na região hoje compreendida pela Guatemala, Península do Iucatã e Honduras e foi anterior à dos astecas. Quando os espanhóis o subjugarão, o império maia já estava em decadência, dividido em principados autônomos. A escrita dos maias era do tipo pictórico, mas de rara beleza, e servia de decoração artística. Era gravada em tijolos de arenito e representava, na sua maioria, cabeças humanas, umas em atitude agressiva, mas todas adornadas de enfeites. As ruínas maias estão cobertas de inscrições e sua decifração vinha desafiando os arqueólogos. A primeira decifração foi feita por Diego De Landa (1523-1579), bispo de Iucatã. Conseguiu o prelado decifrar apenas o calendário, os símbolos das datas e o sistema numérico. Beuchat (1913) chamou a escrita maia de calculiforme, porque os caracteres são quadrados, com os cantos arredondados, lembrando pequenos seixos (Figura 8). A escrita maia difere dos hieróglifos egípcios, porque não é disposta em colunas, mas em grupos combinados em formas retangulares ou arredondadas, denominadas cartuchos. Nos textos decifrados, os cartuchos são dispostos de forma mais ou menos paralela. As colunas são colocadas umas do lado das outras.

Todos os cartuchos são de igual dimensão. São lidas duas colunas de cada vez, da superior, à esquerda, para a inferior, à direita, concluindo com a mais baixa da direita.

Os algarismos eram representados por três séries de símbolos: a primeira, de sinais normais; a segunda, de sinais de faces; e a terceira de desenhos figurados. O número 10 era uma cabeça, vista de perfil, com a mão segurando o queixo. O grande problema da decifração era distinguir os ornatos que decoravam a inscrição

do seu próprio símbolo ou se esses ornamentos lhe davam novo sentido. O calendário maia, decifrado por Diego de Landa, era muito semelhante ao asteca, pois também se baseava no ano lunar. Mas este sofreu alterações no seu desenvolvimento, que o distanciaram daquele. O ano solar tinha 260 dias, mas, com modificações sucessivas, chegou a 360, a que se somavam cinco dias suplementares. A unidade de tempo era o dia, mas os maias reconheciam o tempo registrando apenas dias completos. Os 260 dias do calendário eram divididos em períodos de 20 dias e recebiam nomes diferentes.

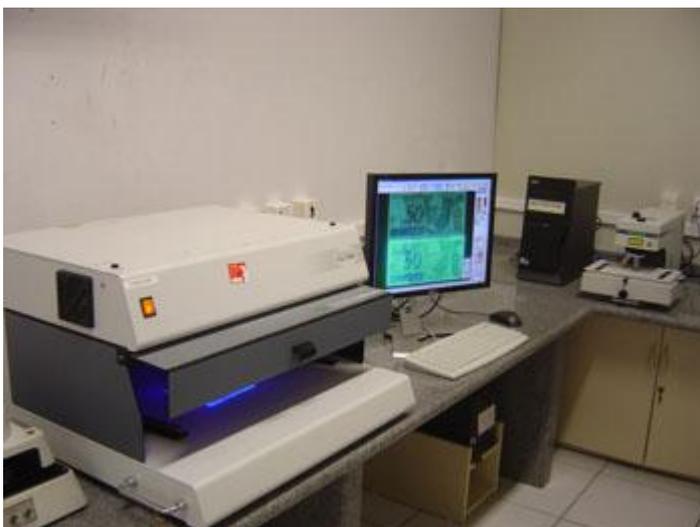
3- TIPOS DE EXAMES

Exame grafoscópico: Este exame tem por finalidade a determinação da autoria de manuscrito(s)/assinatura(s) apostos em um documento. Para os exames grafoscópicos utiliza-se o método comparativo entre a(s) grafia(s) questionada(s) e a(s) grafia(s) padrão(ões) de confronto.

Exame documentoscópico: Este exame tem por objetivo a verificação da autenticidade dos documentos. O(s) documento(s) questionado(s) são confrontados com o(s) documento(s) padrão(ões) de confronto, à vista desarmada e através de instrumental ótico disponível. Dentre os principais documentos examinados, destacamos: papel moeda, selos, carteira nacional de habilitação, carteira de identidade, certificado de registro de veículo, certificado de registro e licenciamento de veículo, cheques etc.

Equipamentos utilizados: Os exames documentoscópicos/grafoscópicos são exames periciais dos mais solicitados ao Instituto de Criminalística do IGP e de grande relevância para a persecução penal. Para garantir a qualidade dos exames são utilizados: lupas manuais, equipamentos com recursos de luzes especiais, entre eles, LEICA S6D e Video Spectral Comparator - VSC 5000 da Foster Freeman.

Video Spectral Comparator - VSC 5000 da Foster Freeman
Este instrumento permite examinar documentos sob investigação ou suspeitos mediante o uso de uma variedade de sistemas de iluminação e visualização.



LEICA S6D Este instrumento permite examinar documentos sob investigação ou suspeitos mediante o uso de ampliações.



4- GRAFOTÉCNICO DA ESCRITA

A escrita é um gesto gráfico psicossomático que contém um número mínimo de elementos que possibilitam sua individualização.

Por que gesto? Ensinam os dicionários que gesto é movimento do corpo, em especial da cabeça e dos braços, ou para exprimir idéias ou sentimentos, ou para se realçar a expressão. Ora, a escrita é realizada pelo complexo braço-mão para registrar idéias ou sentimentos. Portanto, a escrita é um gesto. Há gestos congênitos, instintivos, como o de se levar as mãos para defender a parte do corpo que vai ser atingida. Há gestos aprendidos – a escrita é um gesto aprendido. É gráfico porque a escrita é um registro material e permanente. É psicossomático porque a escrita se processa com o concurso do sistema cerebral – centro nervoso da escrita – e o somático – a musculatura do braço e da mão. O lançamento deve ter número mínimo de elementos que possibilitem sua individualização. Se assim não for, trata-se de um rabisco ou de um desenho, que não atende aos objetivos da própria grafotécnica.

A escrita é um gesto, e deve ser estudada como tal, ou seja, como uma pressão muscular de nossos centros psíquicos. (Périot e Brosson, 1957).

Duas são as teorias que explicam a produção do gesto gráfico:

- teoria neurológica;
- teoria psicológica.

Segundo a teoria neurológica, existe no cérebro um centro nervoso que comanda a escrita – o calamus scriptorius –, localizado na segunda circunvolução parietal esquerda de cérebro. Essa afirmação já foi comprovada à saciedade: pessoas lesionadas nesta parte do cérebro sofrem sérias perturbações no gesto gráfico. Se a injúria for muito grave, o homem pode até não mais escrever – a agrafia. Durante o aprendizado da escrita, a criança inicia copiando modelos bem simples até chegar aos mais complexos. Durante esse período, vai ela treinando movimentos que criam formas alfabéticas. O resultado desse aprendi-zado fica armazenado no centro nervoso da escrita. Chegará a hora em que esse órgão já contém todos os

movimentos que criam formas, e a musculatura do braço e da mão já estão adaptados a realizá-los. A criança não mais copia, mas escreve. O gesto gráfico já está instalado. Quando o homem quer escrever, o centro nervoso, pelo sistema cerebroespinhal, envia estímulos, movimentando a musculatura do braço e da mão, materializando-se num lançamento gráfico. Sob o ponto de vista neurológico, portanto, a escrita é a expressão muscular do centro nervoso do grafismo.

Sivieri (1960) assim se manifestou:

La scrittura, dunque, é la estrincazione del pensiero per mezzo dei segni grafici, determinato in vario senso da atti successivi delicati e complessi dell'ato toracico, a preferenza destro, regolati dalle sensazione del tato e della vista, sotto l'influenza dei centri cerebrali associati, deputati alla funzione del linguaggio. (A escrita, portanto, é a expressão do pensamento por meio de sinais gráficos, determinada em vários sentidos por atos sucessivos, delicados e complexos do membro superior, de preferência direito, regulados pela sensação do tato e da visão, sob a influência de centros cerebrais associados, dedicados à função da linguagem.)

Na verdade, a produção da escrita requer:

- a visão das palavras escritas;
- a compreensão do sentido convencional;
- a possibilidade de exprimir ideias. Para que se verifique a primeira função, deve haver normalidade no aparelho ótico, desde os olhos até o centro onde a imagem se projeta, através dos centros nervosos condutores do estímulo. Este centro está localizado no cérebro, sendo duplo, um para cada hemisfério, situado exatamente nos respectivos lobos occipitais, na zona cortical, cissura calcarina: é a denominada esfera visual ou centro visual cortical primário. Para a compreensão do sentido convencional das palavras, é preciso deixar no centro visual a sua imagem. Este novo centro, peculiar a um só hemisfério – o esquerdo – se situa no lobo parietal superior. Defrontando-se com um centro psíquico ou intelectual, que unicamente se

desenvolve pelo exercício, dá-nos ele a faculdade de reconhecer letras, palavras, objetos e pessoas anteriormente vistos. Identificamo-los dessa maneira, no seu aspecto presente, com imagens arquivadas na memória visual. É o fenômeno da gnosia visual. Para comunicar aos nossos semelhantes o pensamento, é necessária a movimentação dos músculos, em geral do membro superior direito, para que as ideias se exteriorizem e sejam registradas em caracteres gráficos. Dois centros nervosos cerebrais trabalham para a nova função: um é o centro motor cortical primário, que superintende os movimentos do membro superior direito; o segundo preside a lembrança dos movimentos necessários para traçar as palavras escritas, ou seja, a lembrança das imagens motoras gráficas. É o centro cortical secundário, centro psíquico, intelectual ou psicológico da escrita. Não se pode ignorar, porém, que a audição e o tato também concorrem para a produção da escrita. Pellat (1927) já afirmava que:

Os movimentos que engendram os gestos gráficos encontram-se em relação com o estado orgânico do sistema nervoso central e variam com as modalidades desse estado.

Como se viu, resumindo, para a produção da escrita concorrem três sistemas, que agem concomitantemente:

- os sistemas das funções sensoriais específicas, auditiva e visual;
- o sistema de sensibilidade geral (tato);
- o sistema da atividade motora.

É assim que o cérebro, os sentidos, os músculos e os nervos se conjugam para produzir o fenômeno da escrita. A visão faz parte integrante e de destaque na produção do gesto gráfico.

As pessoas que possuem menor grau de visão sofrem sérias perturbações no seu grafismo normal. Tão sérias são essas perturbações, que seus portadores deveriam se abster do uso da pena. A percepção visual implica a percepção de detalhes, comprimento, tamanho, distância, direção e forma da escrita. A diminuição da visão em grau muito acentuado faz do escritor uma presa fácil. Não podendo enxergar,

muitas vezes o texto de um documento lido é lido de forma a configurar aquele que o escritor deveria subscrever, quando, na realidade, o conteúdo da peça é outro, completamente diverso. A prova, por vezes, é inexequível. Entretanto, o exame da assinatura pode revelar descontrolo do gesto, como a diferenciação dos espaçamentos intergramaticais, interliterais e intervocabulares, a perda da direção, podem sugerir a deficiência visual e, assim, o valor do documento fica seriamente abalado. A conclusão do perito grafotécnico será apenas um alerta para o magistrado. Pode, ainda, ocorrer que o subscritor de um documento o tenha firmado em estado precário de saúde e, valendo-se dessa circunstância, alguém o tenha ludibriado, colhendo sua assinatura em documento de cujo teor ele não tinha conhecimento.

Teoria psicológica

Para se explicar a teoria psicológica da escrita, faz-se mister uma pequena incursão na doutrina de Freud. Existem dois planos em nossa mente: o consciente ou racional e o subconsciente, o irracional. A mente consciente é também chamada de mente objetiva. Ela toma conhecimento do mundo exterior através dos cinco sentidos. Ela aprende através da observação, pela experiência e pela educação. Sua maior função é o raciocínio. A mente subjetiva toma conhecimento do meio ambiente por caminhos independentes dos cinco sentidos. Ela aprende por intuição. É a sede das emoções e o depósito da memória. Suas funções se exercitam mesmo quando os sentidos objetivos estão momentaneamente adormecidos. O sistema cérebro-espinal é o canal pelo qual se exerce a percepção consciente dos sentidos e o controle sobre os movimentos do corpo. O canal do subconsciente – que alimenta inconscientemente as funções vitais do organismo humano – é o sistema simpático, também chamado de sistema nervoso involuntário. O subconsciente tem o seu centro numa massa ganglionária situada atrás do estômago, conhecida por Plexo Solar ou por cérebro abdominal. Muitos autores comparam o consciente a uma casa de força, cuja energia gerada põe em movimento o subconsciente. Outros comparam a um navio, onde o capitão é o consciente, que determina as ordens que serão cumpridas, sem discussão, pelos marujos – o subconsciente. A escrita é um gesto aprendido. Assim, tudo quanto a mente consciente capta dos movimentos que são necessários para criar determinadas formas gráficas é jogado no subconsciente,

que é o depositário da memória dessas experiências. Desta forma, a escrita é a memorização de tudo quanto o consciente experimentou no campo da grafia e, por isso, é produto da mente subconsciente. Com muita razão, Vicente Chierregatti, de saudosa memória, um dos maiores grafotécnicos do Instituto de Criminalística de São Paulo, seu ex-diretor, dizia que: “O consciente pensa e o subconsciente escreve.”

Vejamos como ocorre o fenômeno. A vontade de escrever é determinada pelo consciente ao subconsciente, e este determina ao plexo solar que o faça. O fluxo nervoso flui pelo sistema simpático, movimentando a musculatura do braço e da mão e a escrita se materializa. A diferença principal entre a teoria neurológica e a psicológica reside no canal por onde o fluxo nervoso corre, sendo o sistema cérebro-espinhal naquela e o simpático nesta. Mas, entre as duas teorias, existe um ponto comum: a escrita emana do cérebro. O fato de a escrita ser produto do subconsciente, na grafotecnia, tem muita importância, como na coleta de padrões de confronto, para evidenciar disfarces, e nas falsificações, pois, das duas mentes, a do consciente sempre é superada pela mente subjetiva, traindo o falsário, deixando seu próprio grafismo nas imitações. Frederick Scholz (apud Gross e Adam (1924)) deixou uma frase sobre o gesto gráfico: We write not only with the hand, but also with the brain. (Não escrevemos apenas com a mão, mas com o cérebro.)

5- GRAFOTECNICA E GRAFOLOGIA

Um manuscrito e a assinatura em documentos comprovam a autenticidade de registro, certo? Nem sempre. Fraudes acontecem a todo o momento, e os prejuízos são grandes quando não são descobertas a tempo. Para desvendar os crimes de falsificação é necessário comprovar se o registro corresponde, incontestavelmente, à escrita de quem se diz autor do texto e/ou assinatura. Para elucidar a questão é necessário fazer a perícia grafotécnica.

A perícia grafotécnica objetiva analisar a veracidade de textos escritos à mão e assinaturas em documentos como testamentos, procuração, cheque, contratos, escritura de imóveis, entre outros. Com esse trabalho é possível desvendar crimes de falsificação. A grafoscopia é uma ciência forense, que fornece provas técnicas comprovando ou negando a autenticidade de registros gráficos a partir da comparação da forma gráfica e dinâmica da escrita. O perito grafotécnico possui elevado conhecimento técnico-científico para realizar esse trabalho e está constantemente atualizando sua formação em uma vez que os fraudadores estão cada vez mais especializados.

Constantemente o Poder Judiciário, órgãos policiais e advogados recorrem à grafoscopia para esclarecer dúvidas com relação à autoria de documentos escritos à mão. O perito grafotécnico também costuma ser contratado para verificar a autenticidade de um manuscrito por interesse da iniciativa privada e outras instituições na esfera administrativa.

Aspectos do exame grafotécnico

A perícia grafotécnica confronta e compara os aspectos morfocinéticos de escritas em relação a outras consideradas autênticas, as quais podem ser textos preexistentes ou coletados com finalidade pericial. A grafoscopia é subdividida em grafopatologia e plassofenia. A grafopatologia analisa as alterações da escrita decorrentes de doenças que afetam o estado psíquico, coordenação motora, entre

outras consequências. A plassofenia verifica mudanças introduzidas em um manuscrito.

O perito grafotécnico examina, inicialmente, o estado de conservação do documento, observando dobras, manchas, rasgos, rasuras, entre outros aspectos que podem ter ocorrido antes ou depois do registro do texto. Em alguns casos, é necessário submeter o documento à radiação ultravioleta para analisar se as manchas existentes foram feitas para fraudar o documento.

Ao analisar a escrita, o perito grafotécnico analisa a morfologia e a morfodinâmica das palavras. A morfologia refere-se à forma gráfica das letras de cada palavra escrita. A morfodinâmica relaciona-se ao movimento e à força que são empregados no ato de escrever, bem como outros aspectos que demonstram os hábitos que autor tem quando escreve como altura da letra, espaçamento entre letras e palavras, acentuação e pontuação. O perito estuda todas as variações para confrontar uma escrita considerada autêntica com o manuscrito submetido à perícia grafotécnica.

Laudo grafotécnico

O laudo grafotécnico é um documento de extrema importância para fundamentar processos e decisões jurídicas. Por esta razão, o trabalho do perito grafotécnico deve ser elaborado com absoluta precisão, anexando, se necessário, imagens fotográficas, para concluir o laudo com base nas semelhanças ou não das escritas analisadas.

A grafoscopia não deve ser confundida com grafologia. A grafoscopia, como explicamos, objetiva apresentar provas técnicas a investigações e processos judiciais. A grafologia estuda a escrita com a finalidade de analisar aspectos de personalidade, estado psicológico e emocional das pessoas.

Sendo assim, Grafologia é um estudo pseudocientífico que utiliza a análise da escrita para inferir sobre traços de personalidade. A palavra é por vezes usada incorretamente para se referir à análise forense de documentos. Neste caso, o termo correto seria grafotécnica ou grafoscopia.

A perícia grafotécnica tem por fim verificar a autenticidade ou falsidade material de texto ou assinatura, baseando-se na comparação de um ou mais escrito questionado com outro ou outros que se tenha certeza de serem autênticos, denominados padrões. Estes podem ser de duas categorias: padrões pré-existentes e padrões coletados pelo perito.

É comum também usar o nome de perícia grafotécnica para abranger também a perícia documental, cujo objetivo é verificar eventual falsificação do suporte da escrita (papel, madeira, pano, etc).

O leigo costuma concluir que um escrito é verdadeiro quando o desenho das letras é semelhante. Nada mais incorreto, pois a primeira coisa que o falsário procura imitar é o aspecto visual da escrita. Existe mesmo um postulado a respeito de identidade de assinaturas, que afirma: “Se duas assinaturas são exatamente iguais, uma, pelo menos é falsa e provavelmente produzida por decalque.”

O perito grafotécnico não se atém simplesmente à morfologia: ele atentará, sobretudo, à morfodinâmica. Ou seja: o objetivo da comparação não é só, nem principalmente a forma, mas sim os movimentos e forças utilizados no gesto de escrever, os hábitos de escrita e a avaliação do significado das respectivas semelhanças, variações ou diferenças, para identificação da autoria.

O ato de escrever é um gesto humano que se origina no cérebro, onde se formou a imagem das letras e demais símbolos utilizados na escrita. É o cérebro que comanda o sistema motor composto por ossos, músculos e nervos, cuja tonicidade controle varia de pessoa para pessoa.

Quando se inicia o aprendizado da escrita, o aprendiz é exercitado para reproduzir forma caligráfica usual. Mas, com o decorrer do tempo e a prática, aquele modelo escolar vai se alterando, devido a outros fatores, como educação, treino, gosto pessoal, floreios, habilidade artística, tônus muscular, etc. Essas alterações acabam se cristalizando na medida em que o a escrita vai se tornando um hábito automático.

A escrita é produzida por duas forças básicas: uma vertical ou oblíqua, pressionando o instrumento escritor (lápiz, caneta, etc) contra o suporte (geralmente papel) e outra horizontal (deslocamento), arrastando o instrumento escritor, sobre o suporte, em movimentos retilíneos ou circulares. Os vetores dessas forças (intensidade, direção e sentido), dependerão muito das características individuais de cada pessoa.

É comum também usar o nome de perícia grafotécnica para abranger também a perícia documental, cujo objetivo é verificar eventual falsificação do suporte da escrita (papel, madeira, pano, etc).

O leigo costuma concluir que um escrito é verdadeiro quando o desenho das letras é semelhante. Nada mais incorreto, pois a primeira coisa que o falsário procura imitar é o aspecto visual da escrita. Existe mesmo um postulado a respeito de identidade de assinaturas, que afirma: “Se duas assinaturas são exatamente iguais, uma, pelo menos é falsa e provavelmente produzida por decalque.”

O perito grafotécnico não se atém simplesmente à morfologia: ele atentarà, sobretudo, à morfodinâmica. Ou seja: o objetivo da comparação não é só, nem principalmente a forma, mas sim os movimentos e forças utilizados no gesto de escrever, os hábitos de escrita e a avaliação do significado das respectivas semelhanças, variações ou diferenças, para identificação da autoria.

O ato de escrever é um gesto humano que se origina no cérebro, onde se formou a imagem das letras e demais símbolos utilizados na escrita. É o cérebro que comanda o sistema motor composto por ossos, músculos e nervos, cuja tonicidade controle varia de pessoa para pessoa.

Quando se inicia o aprendizado da escrita, o aprendiz é exercitado para reproduzir forma caligráfica usual. Mas, com o decorrer do tempo e a prática, aquele modelo escolar vai se alterando, devido a outros fatores, como educação, treino, gosto pessoal, floreios, habilidade artística, tônus muscular, etc. Essas alterações acabam se cristalizando na medida em que o a escrita vai se tornando um hábito automático.

A escrita é produzida por duas forças básicas: uma vertical ou oblíqua, pressionando o instrumento escritor (lápiz, caneta, etc) contra o suporte (geralmente papel) e outra horizontal (deslocamento), arrastando o instrumento escritor, sobre o suporte, em movimentos retilíneos ou circulares. Os vetores dessas forças (intensidade, direção e sentido), dependerão muito das características individuais de cada pessoa.

Em 1927, SOLANGE PELLAT deu a público o livro *Les lois de l'écriture*, formulando o que denominou de leis da escrita, a primeira das quais diz que "O gesto gráfico está submetido à influência imediata do cérebro. O órgão que escreve não modifica sua forma quando funciona normalmente, estando adaptado à sua função." Após a segunda grande guerra mundial se observou que pessoas cuja mão ou braço tinham sido amputados e que desenvolveram a habilidade de escrever, segurando o lápis ou caneta com outro órgão, como a boca ou o pé, mantiveram as mesmas características individualizadas da sua escrita.

Como não existem duas pessoas com cérebro idêntico ou com idênticos músculos, ossos e nervos, também não existem duas pessoas com idêntica escrita. JOE NICKELL, em seu livro *Detecting Forgery*, refere que o United States Postal Laboratory desenvolveu um projeto com 500 grupos de gêmeos idênticos para testar a similaridade da respectiva escrita e se verificou que nada os diferenciava do geral da população.

Outra lei da escrita, formulada por SOLANGE PELLAT, diz que "Cada indivíduo possui uma escrita que lhe é própria e difere da escrita dos demais", o que também foi constatado por CREPIEUX-JAMIN, que escreveu, em 1930: "Nenhuma escrita é idêntica a outra. Cada indivíduo possui uma escrita característica, que se diferencia das demais e que é possível reconhecer". No mesmo sentido, escreveu FEDERICO CARBONEL: "Assim como não existem duas pessoas com exata fisionomia, também não existem dois escritos traçados por distintas mãos com idêntica ou exata fisionomia."

A conclusão pericial sobre a autoria gráfica se baseia no fato de que ninguém consegue imitar, ao mesmo tempo, todas as características individuais de outro escritor, principalmente as forças de pressão e deslocamento. Já afirmava ROBERT

SAUDEK, nas primeiras décadas do século XX, que “Ninguém é capaz de imitar, ao mesmo tempo, estes cinco elementos do grafismo: riqueza e variedade de formas, dimensão, enlances, inclinação e pressão.”

A Perícia Grafotécnica

A perícia grafotécnica é uma ciência que tem por objetivo precípua verificar a autenticidade ou a falsidade material de uma assinatura ou texto manuscrito, e/ou sua autoria. Baseia-se na comparação e confronto, sob o aspecto morfocinético, de um ou mais escritos questionados com outro(s) denominado(s) padrão(ões) de confronto, autêntico(s), e estes podem ser de duas categorias: padrões pré-existentes, ou seja, produzidos anteriormente ao documento questionado e sem fins periciais, e padrões coletados pelo perito para fins periciais, chamados de peças-teste.

Juízes de Direito, Promotores de Justiça, Advogados e outros profissionais da área da Justiça têm recorrido à ciência da Perícia Grafotécnica para auxiliá-los a esclarecer, de forma cristalina, profissional, objetiva, imparcial, inequívoca e conclusiva, questões e dúvidas referentes a lançamentos caligráficos questionados na esfera judicial nos tribunais brasileiros, através de conhecimentos técnicos e científicos de um especialista, buscando, assim, a busca e a revelação da verdade.

O perito forense nomeado pelo Juízo compromete-se a exercer seu honroso múnus fielmente, determinando, assim, uma relação de lealdade e confiança com o Poder Judiciário, e, enaltecendo os magistrados, promotores e advogados que delegaram ao perito a séria tarefa de perquirir a verdade, contribuindo, assim, para o deslinde do processo em tela.

Na esfera administrativa e privada também pode ocorrer a necessidade do auxílio de um perito grafotécnico para a aferição da autenticidade ou não de um manuscrito, dirimindo dúvidas e questões.

A base da técnica preconizada na ciência da grafoscopia é o método grafocinético, ou morfocinético, a qual foi estabelecida, em 1927, por Solange Pellat em seu livro “LE LOIS DE L’ECRITURE”, formulando o que denominou de leis da escrita.

Estas se consolidaram em um postulado geral e quatro leis básicas da grafoscopia, que veremos no capítulo seguinte.

6- LEIS DO GRAFISMO

Postulado geral

“As leis da escrita independem dos alfabetos utilizados.”

1ª Lei da escrita:

“O gesto gráfico está sob a influência imediata do cérebro. Sua forma não é modificada pelo órgão escritor se este funciona normalmente e se encontra suficientemente adaptado à sua função.”

O enunciado desta lei mostra que, sendo o cérebro humano o gerador do gesto gráfico, onde se formou a imagem das letras e demais símbolos utilizados na escrita, desde que o mecanismo muscular esteja convenientemente adaptado à sua função, haverá produção escrita sempre com as mesmas e idênticas peculiaridades.

Assim, o indivíduo com punho escritor destro (que escreve com a mão direita) se, por exemplo, passar a fazê-lo com a mão esquerda (canhota) após sucessivos treinamentos, apresentará escrita com idênticas características grafocinéticas.

Observou-se, após a segunda grande guerra mundial que pessoas cuja mão ou braço tinham sido amputados e que desenvolveram a habilidade de escrever, segurando o lápis ou caneta com outro órgão, como a boca ou o pé, mantiveram as mesmas características individualizadas da sua escrita, conforme é farta a literatura a este respeito, provada pela casuística pericial.

Em seu livro *“Detecting Forgery”*, JOE NICKELL, refere que o *United States Postal Laboratory* desenvolveu um projeto com 500 grupos de gêmeos idênticos para testar a similaridade da respectiva escrita, no entanto verificou-se que nada os diferenciava do geral da população, uma vez que as grafias eram divergentes.

Um outro exemplo é a situação dos loucos: o fato de eles não conseguirem escrever em seus acessos, voltando a fazê-lo nos eventuais momentos de lucidez, é a maior evidência da premissa da primeira lei de Solange Pellat.

Comprovadamente, é o cérebro que comanda o sistema motor composto por ossos, músculos e nervos, cuja tonicidade e controle varia de pessoa para pessoa, assim sendo, o ato de escrever é um gesto humano, que tem origem no cérebro.

Como não existem duas pessoas com cérebro idêntico ou com idênticos músculos, ossos e nervos, também não existem duas pessoas com idêntica escrita. Assim, não existem dois escritos traçados por distintas mãos com idêntica grafia.

Robert Saudek, grafologista tcheco, que fundou a sociedade de grafologia profissional na Holanda, publicou “Grafologia Experimental”, em 1929, e examinando a velocidade de escrita, através de microscópio, paquímetro, placa de pressão, régua, transferidor e imagens em câmera lenta, relatou que:

“ninguém é capaz de imitar, ao mesmo tempo, estes cinco elementos do grafismo: riqueza e variedade de formas, dimensão, enlaces, inclinação e pressão”.

Já em 1930, pelo médico francês, Jules Crepieux-Jamin, “*ABC de la Graphologie*” (PUF 1930) – “ABC da Grafologia”-, foi constatado que “nenhuma escrita é idêntica a outra. Cada indivíduo possui uma escrita característica, que se diferencia das demais e que é possível reconhecer”. No mesmo sentido, escreveu FEDERICO CARBONEL:

“Assim como não existem duas pessoas com exata fisionomia, também não existem dois escritos traçados por distintas mãos com idêntica ou exata fisionomia.”

2ª Lei da escrita:

“Quando se escreve, o "eu" está em ação, mas o sentimento quase inconsciente de que o "eu" age passa por alternativas contínuas de intensidade e de enfraquecimento. Ele está no seu máximo de intensidade onde existe um esforço a fazer, isto é, nos inícios, e no seu mínimo de intensidade onde o movimento escritural é secundado pelo impulso adquirido, isto é, nas extremidades”.

O enunciado da segunda lei se aplica aos casos de anonimografia, onde o esforço inicial dos disfarces é muito mais acentuado, perdendo sua intensidade à medida que a escrita vai progredindo. Incidindo no automatismo gráfico, o punho escritor aproxima-se de sua escrita habitual, deixando vir à tona elementos que poderão denunciá-lo e incriminá-lo.

O mesmo pode ocorrer nos casos de falsificação, demonstrando a conveniência de um exame mais atento nos finais dos lançamentos, onde os maneirismos gráficos ocorrerão com mais frequência.

3ª Lei da escrita:

“Não se pode modificar voluntariamente em um dado momento sua escrita natural senão introduzindo no seu traçado a própria marca do esforço que foi feito para obter a modificação”.

Na prática, essa lei tem aplicação usualmente nos casos de auto-falsificação, podendo, contudo, ocorrer em outras simulações.

Em qualquer deles, o simulador se trairá através de paradas súbitas (anormais), desvios, quebras e mudanças abruptas de direção ou interrupções, sobreposições da escrita, cabendo ao expert interpretar convenientemente essas particularidades.

4ª Lei de Escrita:

"O escritor que age em circunstâncias em que o ato de escrever é particularmente difícil, traça instintivamente ou as formas de letras que lhe são mais costumeiras, ou as formas de letras mais simples, de um esquema fácil de ser construído".

Existem casos dessa natureza, em que se torna difícil e/ou penoso escrever, como em escritas produzidas em circunstâncias desfavoráveis, posições desfavoráveis, tais como em veículos em movimento ou deitado em uma cama, em suportes inadequados, como em madeiras e paredes, por pessoas enfermas, por exemplo, ou em situações que demandem extrema urgência, quando prevalecerá a "lei do mínimo esforço", resultando em simplificações, abreviaturas, letras de forma ou esquemas pouco usuais, buscando abreviar os lançamentos gráficos.

7- A ANÁLISE PARA O LAUDO PERICIAL:

Seguindo os preceitos mencionados, o perito grafotécnico não se atentará simplesmente à morfologia/forma; ele atentará, sobretudo, à morfodinâmica.

O objetivo da comparação não é só e nem principalmente a forma, mas sim os movimentos, o dinamismo e as forças utilizados no gesto de escrever, os hábitos da escrita e a avaliação do significado das respectivas semelhanças, variações ou diferenças, para identificação da autoria.

Quando se inicia o aprendizado da escrita, o escritor aprendiz é exercitado para reproduzir forma caligráfica usual. Mas, com o decorrer do tempo e com a prática, aquele modelo escolar, primário, vai se alterando, devido a outros fatores, como educação, treino, gosto pessoal, floreios, habilidade artística, tônus muscular, maneirismos, e etc. Essas alterações acabam se cristalizando na medida em que o a escrita vai se tornando um hábito automático.

A escrita é produzida por duas forças básicas: uma vertical ou oblíqua, pressionando o instrumento escritor (lápiz, caneta, usualmente) contra o suporte (geralmente papel) e outra horizontal (deslocamento), arrastando o instrumento escritor, sobre o suporte, em movimentos retilíneos ou circulares. Os vetores dessas forças (intensidade, direção e sentido) dependerão muito das características individuais de cada pessoa.

O Perito Grafotécnico para efetuar o seu minucioso trabalho para afirmar a autoria e/ou a autenticidade ou a falsidade de lançamentos gráficos questionados, através de de exame e análise para a produção de laudo, ou mesmo de um parecer, deve respeitar quatro critérios muito importantes como: adequabilidade, contemporaneidade, quantidade e autenticidade.

Uma vez respeitados e observados esses critérios, e observados, concomitantemente, elementos genéticos, elementos formais (morfologicos) e cinéticos (dinâmicos), a perícia grafotécnica será produzida com transparência e

fidelidade, alcançando um resultado inequívoco e conclusivo, resultando em um laudo pericial grafotécnico.

É uma tarefa difícil e complexa., tendo o expert que detectar o tipo de falsificação ocorrida, que pode ser:

- a) livre ou exercitada;
- b) por imitação de memória;
- c) por imitação servil;
- d) por decalque ou;
- e) sem imitação.

Há, ainda, a hipótese da auto-falsificação.

Ademais, a escrita pode ser alterada em função de causas que independem da vontade do escritor. Essas causas são de duas naturezas: as intrínsecas e as extrínsecas.

O laudo Pericial Grafotécnico, contendo o exame imparcial, corroborado, inclusive, por fotografias e as respostas às quesitações formuladas por advogados e assistentes técnicos das partes, deve ser produzido de forma cristalina e empregar uma linguagem que seja facilmente compreensível, de forma direta e objetiva, uma vez que este trabalho também será lido por pessoas que são leigas.

O perito tem que ter certeza absoluta do resultado pericial, pois o seu laudo será uma importante peça no processo judicial, sempre com o objetivo precípua de revelar a verdade, contribuindo para que os magistrados possam proferir suas sentenças e promover a justiça.

O artigo **Art. 473**. Do Código de Processo Civil diz que o laudo pericial deverá conter:

§ 3o Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.

O PERITO

Perito é o auxiliar da Justiça, pessoa hábil que tenha conhecimento em determinada área técnica ou científica que, sendo nomeado por autoridade competente, deverá esclarecer um fato de natureza duradoura ou permanente. O perito médico é a pessoa formada em medicina, por exemplo, que tem registro no CRM, que está a serviço da Justiça e isento do sigilo profissional, já que tem o dever de informar o juiz sobre o fato do ponto técnico.

Qualquer pessoa capaz para atos da vida civil com conhecimento técnico-formal, idônea e hábil. O perito pode ser substituído se durante o processo for verificado que ele não tem conhecimento técnico-científico para o caso ou deixar de prestar compromisso.

Não pode ser perito: o incapaz, pois não é apto para o exercício de seus direitos civis, além de não possuir conhecimento técnico específico; pessoas impedidas (Código de Processo Civil, art. 144 - testemunha, cônjuge ou qualquer outro parente, em linha reta ou colateral até o 3º grau); e nos casos de suspeição (CPC, art. 145 - o amigo íntimo ou inimigo capital de uma das partes).

Aceitar o encargo de executar a perícia, exercer a função, respeitar os prazos, comparecer às audiências desde que intimado com antecedência de 5 dias (sob pena de condução coercitiva), fornecer informações verídicas (dever de lealdade) etc.

Escusar-se do encargo, pedir prorrogação de prazos, receber informações, ouvir

testemunhas, verificar documentos de qualquer lugar, ser indenizado das despesas relativas ao serviço prestado, honorários (CPC, art. 465 e Código de Processo Penal, art.159, §1º) etc.

8- IMPORTÂNCIA DOS PADRÕES

A Perícia Grafotécnica não é magia nem credice, é ciência e como tal sempre levará a resultados conclusivos, claro, desde que seguidas leis e técnicas com profissionalismo e imparcialidade. É nesse cenário que surge a figura do Perito Grafotécnico, um profissional especializado e capaz de suprir os membros do judiciário de conhecimentos técnicos e científicos necessários ao esclarecimento da verdade.

De acordo com o dicionário online temos as seguintes definições para grafotécnica e grafoscopia:

- grafotécnica: Conjunto dos recursos técnicos para estudo da escrita. Técnica de grafar ou escrever.
- grafoscopia: Exame que visa ao reconhecimento de uma grafia, por comparação de talhes de letra.

A etimologia da palavra grafoscopia é a somatória do radical grafos com a expressão grega copain (grafos + copain), já a origem da palavra documentoscopia é a junção de documentus + copain.

A grafotécnica, ao contrário, do que muita gente imagina exige um elevado nível de conhecimento técnico-científico, até mesmo porque os mecanismos de fraudes a cada dia se qualificam muito mais.

Como é sabido, a perícia grafotécnica baseia-se na comparação e confronto, sob o aspecto morfocinético, de um ou mais escritos questionados com outro (s) denominado (s) padrão (ões) de confronto, autêntico (s), e estes podem ser de duas categorias: padrões pré-existentes, ou seja, produzidos anteriormente ao documento questionado e sem fins periciais, e padrões coletados pelo perito para fins periciais.

É importante lembrar que todos os dias, Juízes de Direito, Promotores de Justiça, Advogados e outros profissionais da área da Justiça têm recorrido à ciência da Perícia Grafotécnica para auxiliá-los a esclarecer, de forma clara, profissional, objetiva, imparcial, inequívoca e conclusiva, questões e dúvidas referentes a lançamentos caligráficos questionados na esfera judicial nos tribunais brasileiros, através de conhecimentos técnicos e científicos de um expert.

Também na esfera administrativa e privada pode ocorrer a necessidade do auxílio de um perito grafotécnico para a aferição da autenticidade ou não de um manuscrito, dirimindo dúvidas e questões.

Subdivisões da grafotécnica

Entre as várias subdivisões da Grafotécnica, destacam – se as seguintes:

- Grafopatologia, que estuda as modificações da escrita motivadas por causas patológicas (doenças).
- Plassofenia, que estuda as modificações introduzidas em um documento.

Exame grafotécnico

Na perícia grafotécnica, a primeira preocupação do especialista, será a de se examinar o documento na sua integridade, a fim de verificar o estado de conservação. Examinar suas dobras, o comportamento do texto em relação a elas, para saber se a dobragem antecedeu ou sucedeu ao registro do conteúdo, assim como as rasgaduras que contiver. Manchas eventualmente encontradas deverão ser submetidas aos raios ultravioleta, certificando-se se foram ou não objeto de fraude. O perito grafotécnico não se atentará simplesmente à morfologia (forma gráfica); ele atentará, sobretudo, à morfodinâmica/gênese gráfica.

O objetivo do cotejo não é só e nem principalmente a forma, mas sim os movimentos, o dinamismo e as forças utilizadas no gesto de escrever, os hábitos

da escrita e a avaliação do significado das respectivas semelhanças, variações ou diferenças, para identificação da autoria.

O laudo pericial grafotécnico, contendo o exame imparcial, corroborado, inclusive, por fotografias, microfotografias, e as respostas às quesitações formuladas, deve ser produzido de forma precisa e concisa e empregar uma linguagem que seja facilmente compreensível, de forma direta e objetiva, uma vez que este trabalho também será lido por pessoas que são leigas.

Há a importância da escrita no desenvolvimento de ideias para mostrar o resultado pericial, o perito tem que ter certeza absoluta. O resultado deverá ser incontestado, pois o seu laudo será uma importante peça no processo judicial, sempre com o objetivo precípua de revelar a verdade, contribuindo para que os magistrados possam proferir suas sentenças e promover a justiça. Jamais, o laudo deverá ser concluído com base na semelhança do desenho das letras. Lembre-se, a primeira coisa que o falsário procura imitar é o aspecto visual da escrita (forma gráfica). Existe mesmo um postulado a respeito de identidade de assinaturas, que afirma:

“Se duas assinaturas são exatamente iguais, uma, pelo menos é falsa e provavelmente produzida por decalque.”

Por isso, o objetivo da comparação que o profissional da perícia faz, não é só, a morfodinâmica nem principalmente a forma, mas sim os movimentos e forças utilizados no gesto de escrever, os hábitos de escrita e a avaliação do significado das respectivas semelhanças, variações ou diferenças, para identificação da autoria.

Um outro aspecto bastante importante, é que não se confunda grafoscopia com grafologia, pois têm objetivos distintos. Enquanto a grafoscopia é uma das ciências forenses relacionada à criminalística com a atribuição de auxiliar a Justiça, fornecendo provas técnicas de autenticidade dos lançamentos gráficos e ou autoria destes, a grafologia procura com seus estudos analisar os escritos, buscando

desvendar a psicologia humana, tem seu uso difundido por empregadores como um dos métodos para fazer a seleção de seus empregados.

O perito é um agente importantíssimo para a sociedade, pois sua prova técnica permitirá que os direitos e garantias individuais dos cidadãos sejam atendidos e a veracidade de autoria seja garantida, para fundamento e decisão da justiça.

9- COLHEITA DOS PADRÕES

No âmbito processual, seja ela na esfera cível ou criminal, a coleta de padrões gráficos é de extrema importância. A elaboração de um procedimento de coleta de padrões gráficos vem trazer à justiça maior consistência na tomada de decisões, uma vez que o perito terá mais subsídios e elementos técnicos para concluir seu laudo. Sabe-se que a coleta de padrões gráficos, quando bem elaborada, torna mais visível, ao perito, tentativas de disfarces. Amplia, também, a extração de hábitos gráficos e a gênese da pessoa fornecedora dos padrões gráficos.

As etapas apresentadas são intercaladas de forma que a pessoa fornecedora dos padrões não saiba a etapa posterior e se distraia no decorrer da etapa que esteja desenvolvendo, evitando disfarces.

Durante a coleta de padrões gráficos de assinaturas, são feitas perguntas que serão respondidas oralmente pela fornecedora dos padrões, com pausas de 1 minuto a cada 15 assinaturas fornecidas, aplicando outras etapas nesses intervalos.

As demais etapas são de coleta de padrões gráficos de textos e números por ditado, coleta de assinatura única e ampliada e coleta de padrões gráficos utilizando um suporte. Seguindo as etapas descritas apresentadas para coleta de padrões gráficos, o perito terá elementos detalhados e aprofundados dos elementos individualizadores da escrita.

O exame documentoscópico de natureza grafotécnica é uma ferramenta muito importante e muito utilizada pela justiça, seja ela na área cível ou criminal.

A não padronização de etapas de coleta de padrões gráficos, criam discussões no âmbito processual, que se resolveriam com a elaboração de um procedimento.

A utilização de um procedimento completo e minucioso de coleta de padrões gráficos, fornece ao perito uma consistência de elementos que irão lhe proporcionar suporte técnico e viável para suas argumentações e conclusões.

Dessa maneira, seguindo esse modelo das etapas apresentadas para coleta de padrões, o perito terá elementos detalhados e aprofundados dos elementos individualizadores da escrita.

Notadamente o fornecedor de padrões gráficos será preparado pelo seu advogado para fornecer os padrões de maneira que lhe favoreça. Sendo assim, o perito utilizará um procedimento completo de coleta de padrões, que possa extrair ao máximo os elementos desejados.

As etapas apresentadas de coleta de padrões gráficos fornecem ao perito várias oportunidades em reconhecer disfarces, auxiliam na distração do fornecedor, fazendo com que esse demonstre seus hábitos gráficos e sua gênese. Além disso, demonstra ao Juiz que o perito está se entregando no caso e valorizando os honorários a ele pagos.

Independente se o objeto do exame grafotécnico for textos ou assinaturas, as etapas apresentadas devem ser seguidas, pois, fornecem informações que podem ser importantes no decorrer do processo, evitando que a coleta tenha que ser realizada novamente, o que favoreceria uma das partes que teriam maior tempo em se preparar.

Seguindo passoapasso o modelo das etapas de coleta de padrões gráficos, o perito estará preparado para elaborar o laudo com critérios de autenticidade, adequabilidade, contemporaneidade, espontaneidade e quantidade, obtendo subsídios importantes para sua conclusão.

10-TÉCNICAS DE COLHEITA

O segredo não está nas entrelinhas

Como os peritos grafotécnicos ajudam a desvendar crimes e solucionar mistérios

Em 1444, o texto *Doação de Constantino*, documento que durante séculos serviu como argumento para justificar o poder temporal dos papas sobre os Estados Pontifícios, foi declarado falso. Em 1906, o oficial francês Alfred Dreyfus foi reabilitado, após doze anos, da acusação de traição à pátria pela presumida autoria de uma carta suspeita. E em 1983, a revista alemã *Stern* publicou trechos de um suposto diário de Hitler, posteriormente reconhecido como uma falsificação grotesca.

Esses são apenas três exemplos relacionados à falsificação de documentos que se tornaram mundialmente famosos, mas os processos penais estão repletos de casos em que assinaturas, cartas, datas de documentos etc. são falsificados.

A solução, muitas vezes, está no trabalho de técnicos especializados em perícia grafotécnica. Como este é um assunto que desperta enorme interesse, a PUC-Rio, através da CCEAD e da CCE, está preparando o Curso Básico de Perícia em Grafística e Documentoscopia e o Curso Avançado em Perícia de Assinaturas, cursos de extensão a distância e abertas ao público em geral, desenvolvidas pelos professores Luciano Barata e Judá Jessé de Bragança Soares.

Como não existe no Brasil um sindicato de peritos grafotécnicos, tampouco uma faculdade que forneça um diploma reconhecido pelo MEC a estes profissionais, o conhecimento transmitido em um curso de extensão já é suficiente para que uma pessoa seja reconhecida como perita grafotécnica, podendo exercer esta atividade, inclusive em processos penais.

Além disso, é postulado geral que um perito é capaz de examinar textos escritos em diferentes alfabetos, desde que conheça a diversidade de características e regras da escrita, podendo, desta forma, estender seu campo de trabalho fora do Brasil.

A seguir, mostraremos a você alguns dos segredos da perícia grafotécnica que serão abordados no curso da PUC-Rio.

Detalhes entre a mentira e a verdade

Magistrados não possuem conhecimentos técnicos suficientes para realizar julgamentos e aplicar sentenças, especialmente em casos complexos. Para auxiliá-los, entram em cena técnicos e especialistas. Através de exames periciais, eles fornecem as valiosas interpretações das provas, que formam o alicerce no qual juízes irão apoiar suas convicções e, assim, determinar sentenças.

Em outras palavras, a perícia lança um feixe de luz em processos penais. Portanto, não é exagero nenhum afirmar que os exames científicos e periciais e os laudos técnicos explicitam detalhes vitais para o descobrimento de verdades, provavelmente inalcançáveis sem este minucioso trabalho.

A perícia grafotécnica faz parte da lista de exames periciais solicitados por magistrados. De fato, é um artifício rotineiramente utilizado como prova técnica para detectar a autenticidade de um documento ou apontar o autor verdadeiro de uma assinatura ou escrita.

É comum também para expor falsidade em autos de um processo e há, ainda, outras finalidades, entre elas, detectar alterações, como supressão, substituição, emenda ou raspagem; recuperar documentos queimados ou lavados; identificar textos cobertos por tintas ou líquido corretor; reconhecer autofalsificação ou disfarce; apontar escritos produzidos sob coação ou efeito de drogas ou doença; detectar substituição de folhas encadernadas; e identificar data de reprodução de um texto ou documento.

A base da perícia grafotécnica é a comparação do escrito questionado com outro ou outros seguramente autênticos.

O papel do especialista é apresentar um laudo ou um parecer retratando fatos e fazendo sua interpretação a partir dos seus conhecimentos; sua avaliação tem peso técnico e até mesmo jurídico, mas é bom lembrar: esta não é uma atividade fácil. Suspeitas não indicam necessariamente fraude, basta relembrar o caso Dreyfus, visto no início desta matéria.

É importante enfatizar a diferença entre grafotécnica – a verificação da autenticidade e autoria do escrito – e grafologia – a verificação de aspectos psicológicos do autor do escrito.

A grafotécnica, também conhecida como documentoscopia, grafoscopia ou perícia caligráfica, tem como suporte ciências e disciplinas afins, como a caligrafia, a criptografia e a paleografia. Conhecer profundamente a escrita é se deparar com um universo de pormenores informativos que, de outra forma, seriam meros detalhes com pouco ou nenhum significado.

Por exemplo, a diferença que nos leva a supor falsidade pode ser justamente o que comprova a veracidade de uma escrita. Isso porque da mesma forma que não existem dois indivíduos exatamente iguais, também não há escritos traçados por diferentes mãos, com idêntica fisionomia. Escritas similares são como gêmeos: podem ter inúmeras características comuns, mas, com atenção, podem ser notadas singularidades. Ou seja, uma cópia idêntica é falsa, produzida, geralmente, por decalque ou digitalização.

Não se pode esquecer que em processos penais os magistrados só aceitam documentos originais como peças padrões. Cópias não são usadas como provas, porque são consideradas escritas indiretas, provenientes de processo artificial, portanto, seus resultados não são considerados conclusivos em exames periciais.

Apesar disso, grafotécnicos são capazes de fazer análise de fotocópias em casos onde não há acesso a documentos originais, mesmo havendo restrições. Por um lado, muitas características do escrito podem ser observadas em cópias, por outro lado, é preciso levar em consideração a qualidade da cópia e verificar possíveis alterações. No original, algumas mudanças são visíveis com microscópio ou iluminação ultravioleta, o que geralmente não ocorre em fotocópias.

Marcas indeléveis

Quando aprendemos a escrever, somos levados a reproduzir uma forma caligráfica comum, mas com a prática e nosso desenvolvimento pessoal, este modelo vai sendo deixado de lado e fatores como treino, habilidade artística, tônus muscular e maneirismos contribuem para a formação de uma escrita singular, enraizada à medida que nossa escrita vai se tornando um hábito automático.

Além disso, existem duas forças básicas que determinam nossa escrita: a vertical, ou seja, a pressão do instrumento escritor contra o suporte, e a horizontal, que nada mais é do que o movimento – retilíneo ou circular – do instrumento escritor sobre o suporte. Intensidade, direção e sentido estão relacionados a características individuais.

Entretanto, existe uma lei da escrita crucial para o trabalho dos especialistas que atuam nesta área. Segundo esta lei, cada um de nós possui uma gênese gráfica, impossível de ser alterada, inclusive por nós mesmos. Isso porque o formato das letras se faz a partir do movimento natural do cérebro, sem a interferência de tremores, paradas ou sobrecarga de tinta. Este movimento também está isento de divergências em relação à dinâmica, força de pressão ou progressão.

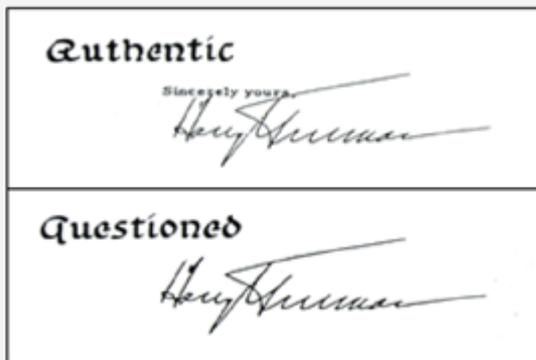
A grafotécnica detecta exatamente a unidade gráfica que é emitida pelo movimento involuntário do cérebro e que determina o movimento dos punhos. Tomando esta afirmação como verdadeira, é possível, então, descobrir um falsário, já que ele nunca conseguirá reproduzir, seja no todo, seja em parte, a gênese gráfica de outra pessoa.

Como afirma Robert Saudek, grafologista tcheco e fundador da Sociedade de Grafologia Profissional da Holanda, “ninguém é capaz de imitar, ao mesmo tempo, cinco elementos do grafismo: riqueza e variedade de formas, dimensão, enlaces, inclinação e pressão”.

Teste seus conhecimentos acerca da escrita

Abaixo estão dois exemplos de estudos grafotécnicos. Veja se você é capaz de detectar falsidades da escrita.

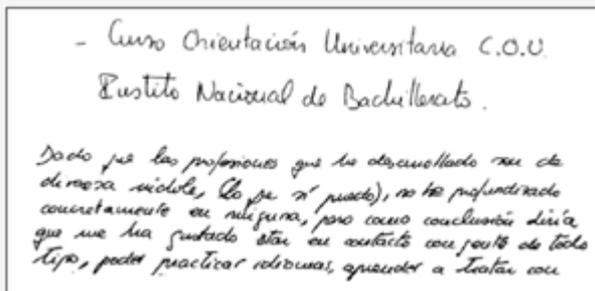
A primeira assinatura é, comprovadamente, autêntica. A segunda é autêntica ou falsa?



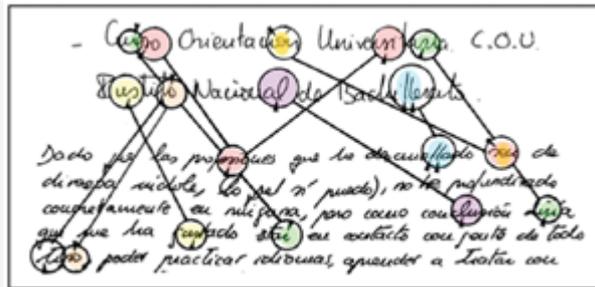
Se duas assinaturas são exatamente iguais, uma pelo menos não é verdadeira.

Sendo a primeira original, a segunda é, portanto, falsa, produzida por decalque ou digitalizada.

Os dois textos a seguir foram produzidos pela mesma pessoa?



Apesar da direção e inclinação diversas, é possível reconhecer as mesmas características identificadoras da autoria, especialmente nas letras r, s, l, o e t.



Leis da escrita

A base para a grafotécnica foi estabelecida em 1927, por Solange Pellat, com a publicação da obra *Le lois de l'écriture*, formulando as chamadas leis da escrita, apresentadas aqui.



Primeira lei da escrita

"O gesto gráfico está sob a influência imediata do cérebro. Sua forma não é modificada pelo órgão escritor se este funciona normalmente e se encontra suficientemente adaptado à sua função".



Segunda lei da escrita

"Quando se escreve, o "eu" está em ação, mas o sentimento quase inconsciente de que o "eu" age passa por alternativas contínuas de intensidade e de enfraquecimento. Ele está no seu máximo de intensidade onde existe um esforço a fazer, isto é, nos inícios, e no seu mínimo de intensidade onde o movimento escritural é secundado pelo impulso adquirido, isto é, nas extremidades".



Terceira lei da escrita

"Não se pode modificar voluntariamente em um dado momento sua escrita natural, senão introduzindo no seu traçado a própria marca do esforço que foi feito para obter a modificação".



Quarta lei da escrita

"O escritor que age em circunstâncias em que o ato de escrever é particularmente difícil, traça instintivamente ou as formas de letras que lhe são mais costumeiras, ou as formas de letras mais simples, de um esquema fácil de ser construído".

CONCLUSÃO

Não se teve o intento de exaurir a tema, até porque os exames realizados nas Seções de Documentoscopia dos Institutos de Criminalística são numerosos e diversos. A finalidade do estudo é apresentar aos alunos integrantes da comunidade jurídica informações breves referentes a essa modalidade pericial digna de admiração, também pela razão de que não se restringe a nenhum campo do saber, mas é multidisciplinar e encontra suporte em mais de uma ciência.

REFERÊNCIAS

DEL PICCHIA, Filho José, DEL PICCHIA, Celso M.R. e DEL PICCHIA, Ana Maura G. **Tratado de Documentoscopia: da Falsidade Documental**. São Paulo: Editora Pillares, 2005.

HUBER, R.A; HEADRICK, A.M. **Handwriting Identification: facts and fundamentals**. Florida: CRC Press, 1999.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica** . São Paulo: Atlas, 1997.

MENDES, Lamartine Bizarro. **Documentoscopia**. Campinas, SP: Millennium Editora, 2015.

SILVA, Erick Simões e FEUERHARMEL, Samuel. **Documentoscopia (Aspectos Científicos, Técnicos e Jurídicos)**. Campinas, SP: Millennium Editora, 2013.

TELLES, V.L.C.N. **Documentoscopia**. São Paulo, SP. Secretaria de Segurança Pública Superintendência da Polícia Técnico-Científica, 2010.

Site <http://www.asasead.net/asasEAD/?p=190>